

Sarney vai propor 60 dias como prazo para emergência

BRASÍLIA (O GLOBO) — Se o Presidente Ernesto Geisel concordar com a proposta que lhe fará na audiência de segunda-feira, o Senador José Sarney, relator do projeto das reformas políticas, disse ontem que fixará em 60 dias o prazo para vigência das medidas de emergência.

Como o estado de sítio terá duração de até 180 dias, o parlamentar maranhense optou por dois meses o tempo máximo para o período de emergência por entender que “sendo destinado ao controle de situações menos graves as medidas terão de vigorar em prazo mais curto”.

O Senador José Sarney desmentiu, na oportunidade, que o Presidente da República lhe tenha dito que as reformas eram o máximo que poderia ser concedido “não por pressão das Forças Armadas, mas porque os empresários não queriam mais que isto”.

— O projeto de reformas, na sua gradualidade, vem atender o que o povo quer, como o fim do Ato Institucional n.º 5 e a volta do habeas corpus, mas, ao mesmo tempo, deseja garantias que não permitam o retorno a 64 — explicou o relator.

Na sua opinião, o projeto é muito mais amplo do que a pregação que o

MDB vinha fazendo. Acrescentou que não considera representativos da sociedade “estes setores que reivindicam anistia e constituinte”. Para ele, esses grupos são integrados “por minorias radicais interessadas em êxito eleitoral ou tumultuar o processo de abertura”.

O Senador José Sarney descartou a possibilidade de a recusa do MDB em aprovar o projeto vir a ser usado em pretexto para o fechamento do regime. Ele entende que o partido oposicionista está agindo erradamente “mas, está no exercício legítimo de seus direitos”.